



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia do dia nacional de
assinatura de convênios do Programa
Dinheiro na Escola*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE JUNHO DE 1996

Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Parlamentares; Senhores Prefeitos aqui presentes; Senhor Barjas Negri, que é o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE; Senhoras e Senhores;

Mais um passo nessa área fundamental que é a educação. Creio que, a esta altura, o Brasil inteiro já viu que, efetivamente, nós mudamos o rumo no Ministério da Educação. Mudar o rumo significa implementar o que a Constituição manda – parece incrível –, ou seja, que os recursos do Ministério da Educação se orientem, basicamente, para o ensino fundamental. Isso não significa, de forma alguma, que o Governo se desocupe, se despreocupe da questão universitária. Um governo composto basicamente por universitários não iria se despreocupar da questão universitária. Ainda ontem, numa cerimônia, aqui, a respeito dos jovens cientistas, falávamos sobre os centros de excelência na área de ciência e tecnologia. Seguramente, o Ministério tem seus propósitos muito claros acerca do ensino universitário.

Mas é fundamental que o Brasil todo se articule para darmos um grande salto no tocante ao ensino primário, ao ensino fundamental. Sem ele, toda construção que se faça nos núcleos de excelência será fugaz, estará destinada a ser sugada pelos centros internacionais de produção cultural, porque é assim que o mundo se articula.

O problema central nosso é o de elevar a base da educação, é de formar melhor os nossos estudantes, formar, portanto, melhor os nossos professores. Estamos fazendo isso com muito empenho no Ministério da Educação.

Recentemente, numa solenidade semelhante a esta, nós comemorávamos aqui o fato de que, na área da educação, na distribuição de livros escolares, não apenas havíamos dobrado o número de livros distribuídos, com relação ao ano passado – ou seja, distribuímos, neste ano, cerca de 110 milhões de exemplares, contra 56 milhões do ano passado – como, o que é tão importante e significativo quanto isso, os livros foram entregues até março em 98% dos municípios. E, crescentemente, tudo isso se faz porque há uma articulação com os prefeitos e com os governadores e uma descentralização que está avançando, no Brasil.

Hoje, nós, mais uma vez, como no ano passado, distribuímos recursos diretamente à escola. Isso significa que estamos, efetivamente, mudando a estrutura do Estado brasileiro. Fala-se muito sobre as reformas do Estado. Algumas dizem respeito à administração pública, ao funcionário, mas há outras que dizem respeito à própria maneira de como se organiza o Estado e como se encara a relação da União com os Estados e com os municípios; e, sobretudo, como se torna esse complexo num que tenha ligações com a sociedade.

O que disse o Ministro Paulo Renato aqui, há pouco, foi precisamente que, no ano que vem, faremos a distribuição de recursos às aquelas escolas que se organizarem através das Associações de Pais e Mestres, para motivar a estruturação no nível da sociedade, para democratizar as decisões e o acesso aos recursos públicos.

Isto é reforma do Estado, é a quebra do clientelismo, é a quebra da corrupção e é fundamental para que nós, realmente, possamos acreditar, como eu acredito, no Brasil de amanhã. O Brasil de amanhã não é

só um Brasil com mais recursos: é um Brasil com recursos melhor distribuídos e melhor controlados – e sem corrupção; e sem que haja a necessidade da intermediação política ou pseudo-técnica de escritórios, para avançarem os projetos nos Ministérios, porque isso não serve; mas é um Brasil que confia diretamente nos homens que foram eleitos pelo povo, homens que têm que saber também que nós, em Brasília, sobretudo as estruturas funcionais, o Ministério da Educação, não estamos aqui para ouvir os intermediários, senão para termos uma relação direta com os prefeitos e com as comunidades locais.

Isso é o que se está implementado em várias áreas no Governo Federal. Frequentemente, vejo referências como: “O Governo fez tal coisa porque quis beneficiar os partidos que o apóiam.” Ou, então: “No Comunidade Solidária...” Vejam: hoje, aqui, há prefeitos de todos os partidos, sem exceção – sem exceção. Em certos casos, é fácil fazer falsas estatísticas. Como o número de partidos que apóiam o Governo é quase a maioria, é fácil dizer que a maior parte dos recursos foi para os partidos que apóiam o Governo.

Mas isso é para enganar o País, para enganar o eleitor, para enganar o povo. Na verdade, não foi esse o critério. O critério foi, como está sendo aqui, técnico, não foi do tipo político-partidário, porque não é esse o espírito que anima o Governo da República. Sabemos das nossas responsabilidades, e elas vão muito além das responsabilidades estritamente partidárias. Nós temos um compromisso com a Nação, temos compromisso com o povo deste país.

Eu queria aproveitar a oportunidade, agora que estamos vendo mais um passo decisivo do Ministério da Educação nessa área do FNDE, para agradecer ao Congresso Nacional por uma decisão tomada e que, creio, não teve até agora o registro que merece. O Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que vai permitir um salário médio para os professores primários que corresponda ao gasto anual médio por aluno, que deve ser ao redor de 300 reais. De quanta gente ouvi no Sul: “Eu sou do Sul, sou de São Paulo. O quê? Trezentos reais? Nós precisamos é de mil.” Eu digo: nós não precisamos de mil, não; precisamos de dez mil. Só que não temos. E

quanto se recebe lá, nas áreas mais carentes do Brasil? Não são 300 reais, não são nem 100 reais, é menos de um salário mínimo.

Pois bem, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, dessa mudança na Constituição, o Governo Federal vai complementar o orçamento das prefeituras e dos governos estaduais nas áreas mais carentes – geralmente, elas coincidem com o Norte e o Nordeste –, para que possamos efetivamente alcançar aquilo que desejamos, quer dizer, um patamar razoável de remuneração do professor.

Não se fez isso propondo greve, porque greve não aumenta salário; greve perturba os que estão querendo aumentar o salário. Fez-se isso convencendo, fez-se isso discutindo, discutindo com os professores, discutindo no Congresso. Falta o Senado dar o seu voto. Eu tenho tranqüilidade quanto ao voto do Senado. Quem é que ousará, a não ser por mesquinharia, por vontade de ser oposição ao País, e não ao Presidente nem ao Governo, votar contra uma modificação na Constituição que, efetivamente, melhora a situação do ensino e, sobretudo, o salário do professor?

É um passo bastante importante, e eu queria agradecer à Câmara pelo que fez. Sei que é difícil, mas nós conseguimos essa emenda, que, para o meu juízo, tem tanto ou mais valor que muitas outras celebradas como se fossem uma grande conquista. Foram. Mas esta diz respeito ao povo do Brasil, à educação do povo brasileiro e a um instrumento extremamente importante para que possamos avançar.

Agora, retornando ao tema que nos une hoje, do salário-educação, eu creio que as escolas poderão, como se viu até nos filmetes, destinar – como já destinaram ano passado – recursos, que são modestos, mas são motivadores e dizem respeito a suas necessidades vitais. Isso é muito importante. Também quero dizer que acho tão importante quanto isso que o salário-educação esteja subindo a uma taxa de 17% em termos reais, o que significa que a massa de assalariados está aumentando o seu salário real, e também o seu salário nominal, em 17%. Portanto, com a inflação, nesses meses, de cerca de 1% ao mês, isso significa um aumento real efetivo, tanto da massa de salários, quanto da participação do salário-educação.

São dados positivos, dados que alentam, porque mostram que estamos, no conjunto, criando condições para que o País possa avançar.

Por todas essas razões, achamos que era útil e oportuno que nos reuníssemos hoje aqui para dizer: o Brasil está caminhando bem, há progressos na área da educação, há uma destinação melhor dos recursos, há uma destinação para aqueles que são os mais carentes e essa destinação se faz com critérios transparentes e sem que haja qualquer perturbação nesse ritmo de renovação.

Queria, portanto, agradecer aos funcionários do Ministério, aos técnicos. Queria dizer que tenho muita confiança num outro programa do Ministério, que são os parâmetros curriculares. É uma revolução, assim como o que aconteceu com relação aos livros didáticos – a escolha, seleção e recusa de livros didáticos. Também é um fato muito importante. Os parâmetros curriculares vão mostrar o cuidado que se tem na definição do conteúdo do ensino. Não basta melhorar o salário, não basta treinar melhor o professor, não basta colocar TV na escola, como estamos colocando, não basta dar dinheiro diretamente: é preciso ver o conteúdo do ensino. Vai ser um passo importantíssimo.

Tenho tranquilidade, porque, ao terminar este Governo, este mandato, nós vamos ter deixado a educação do Brasil num rumo irreversível. Os interesses dos alunos, dos professores, dos pais de alunos, do Ministério concretizarão um caminho, de tal maneira que esse rumo continuará. Evidentemente, o processo educacional demanda tempo, e a mudança requer dezenas de anos para que possamos, efetivamente, alcançar os níveis que desejamos, de uma educação, não sei se de Primeiro Mundo – que mundo será o primeiro? –, mas que seja a educação necessária para que os brasileiros tenham consciência cívica e capacidade de aprender para ter uma ocupação digna e uma participação política condizente com a de que o País necessita.

Agradeço muito, portanto, e felicito mais uma vez o Ministro Paulo Renato e todos que colaboraram nesse programa, bem como os prefeitos que aqui estão.

Muito obrigado aos senhores.